

elevados do que aqueles obtidos sob regime de mercado livre ou sob intervenção no mercado pelos países, isoladamente.

Em alguns centros, essa crença produziu comentários elogiosos (6, p. 110), enquanto em outros, resultou em observações acres (5). Contudo, não houve qualquer esforço sério para substanciar essa crença, em sua totalidade. Assim, o propósito deste artigo é o de desenvolver uma análise detalhada do que tem sido de fato o impacto do AIC no preço do café. A ênfase é colocada no período 1962-68, caracterizado pela superprodução de café verde, quando vastos estoques de café não vendido se acumularam nos grandes países produtores (em especial, o Brasil). Em 1969, uma forte geadada prejudicou seriamente as duas colheitas seguintes, e tornou-se aparente que êsse excedente de café do País em breve se esgotaria. Ademais, a capacidade produtiva de café no Brasil se tem reduzido devido ao programa de erradicação de cafézais. Tudo isso levou a uma alta do preço internacional do café. Assim, a situação desde 1969 é diferente da do período estudado. Porém, como a existência de excedentes de café tem sido observada com frequência no passado — ver, por ex. (10) — e como eles podem aparecer eventualmente no futuro, a ênfase no desempenho de 1962-68 do Acôrdo Internacional do Café parece justificada.

A parte 1 deste ensaio examina brevemente algumas das razões do desenvolvimento de esquemas de controle no mercado do café. A parte 2 contém uma análise empírica, a que se segue a parte 3 com projeções que podem auxiliar na identificação das fontes das mudanças recentes no mercado do café. A parte 4 contém uma discussão do quadro institucional dessas mudanças, e na parte 5 estão as principais conclusões deste estudo.

2. A oferta de café e o desenvolvimento de esquemas de controle

O café é uma das principais mercadorias no comércio internacional produzidas pelas nações menos desenvolvidas. Como a maior parte dessas mercadorias, os preços do café experimentaram uma tendência declinante, após a Guerra da Coreia. Porém, a despeito do fato de a demanda de café não ter aumentado substancialmente durante a última década, a raiz dos problemas que afetam a economia do café estão principalmente no lado da oferta dessa mercadoria.

O café é uma cultura permanente e sua primeira colheita não se faz sentir senão após quatro anos de plantio. Assim, quando o preço se eleva, em resposta a um deslocamento na demanda, os produtores (uma vez convencidos de que a alta de preço se sustentará) respondem com o plantio de novos cafézais. Porém, o produto desse plantio se manifestará

uma defasagem, permitindo que o preço do café se mantenha em nível elevado. Isso é um estímulo à produção de café adicional e produtiva. Contudo, após alguns anos, os novos cafeeiros começam a frutificar, e a produção cafeeira continuará aumentando até que toda a nova capacidade esteja em plena utilização. Mas quando isso se dá, o nível da produção se torna relativamente muito elevado para as possibilidades de absorção pelo mercado, e preços razoáveis. Os preços são então conduzidos a níveis mais baixos e os estoques de excedentes começam a empilhar (8, p. 20 e segs.).

Por essas características da oferta de café, desde o início do século tem havido uma tendência de intervenção no mercado do café. Primeiro a tentativa foi feita somente pelos países produtores de café, mas gradualmente se tornou aparente que soluções unilaterais não seriam suficientes para evitar declínios nos preços. Como consequência, desde a segunda metade da década de 50, os esforços caminharam para a formação de acôrdos internacionais. Inicialmente êsses acôrdos incluíram apenas os países produtores. Porém, apenas os grandes produtores faziam face a uma curva de demanda de inclinação acentuada, e viam a necessidade de restringir a oferta, em períodos de superprodução, para os preços se manterem em nível compatível com o volume desejado de receita cambial. Os pequenos países produtores se defrontavam com curvas de demanda quase horizontais e tentavam vender tanto café quanto podiam. A consequência foi a evasão que levou à aprovação do AIC, em que os países importadores são membros com o objetivo de “disciplinar” o comportamento dos membros produtores (10).

O AIC tem como seu instrumento principal um complexo sistema de cotas e o propósito declarado de manter o volume do café escoando ao mercado, em níveis compatíveis com preços “equitativos”. Os países-membros, importadores e exportadores, determinam o montante das cotas, e a maior parte do mercado dos países importadores é reservada às exportações dos países membros do Acôrdo. Ademais, o mecanismo objetiva a preservação de relativa estabilidade de preço entre as quatro principais categorias de café existentes. Também se prevê um sistema automático para pequenos ajustamentos das cotas, atuante numa faixa de preço específica.

O AIC tem se concentrado principalmente em medidas de curto prazo, na tentativa de impedir que o excesso de produção de café atinja o mercado, e assim sustar quedas no preço. Ações de longo prazo, destinadas a manter a capacidade produtiva de café, em nível compatível com sua demanda, estão ainda por ser implementadas.